

# Exame de Segundo Grau será opção ao vestibular

Presidente sanciona nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação, que institui ainda a avaliação seriada e o ensino religioso

Ailton de Freitas

Cristiane Jungblut e  
Rodrigo França Taves

• BRASÍLIA. O presidente Fernando Henrique Cardoso sancionou ontem a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB), que ficou oito anos em discussão no Congresso, iniciando profunda reformulação no sistema de acesso ao ensino superior. O ministro da Educação, Paulo Renato Souza, anunciou que o MEC vai realizar em agosto ou setembro o primeiro Exame Nacional de Segundo Grau, para avaliar os alunos que estão mais bem preparados para ingressar no ensino superior.

O exame só será realizado porque a nova LDB acaba com a exigência de prova de vestibular. O exame de Segundo Grau será voluntário, tanto para os estudantes quanto para as instituições. Elas poderão decidir se usarão ou não os resultados do exame como uma das formas de acesso ao ensino superior.

O ministro criticou a avaliação seriada, outra forma de seleção de alunos que começará a ser executada, principalmente pela Universidade de Brasília (UnB) — com uma prova marcada para amanhã — e pela Universidade de Santa Maria, no Rio Grande do Sul. A avaliação consiste em provas semestrais durante todo o Segundo Grau.

## Ministro quer limitar vagas da avaliação seriada

Paulo Renato disse que o MEC fará uma lei exigindo que apenas um percentual das vagas seja oferecido por esse sistema. Isso porque a avaliação seriada, segundo ele, limita o acesso à universidade aos alunos do Segundo Grau de uma determinada região. Impede o acesso de alunos do supletivo ou de outras cidades. Caberá ao Conselho Nacional de Educação fixar as normas gerais do novo processo seletivo.

— Esse sistema é bom para o aluninho de classe média que fez o Segundo Grau na faixa etária certa — comentou.

Paulo Renato disse que o ensino a distância, que poderá ser legalizado a partir da LDB, vem ganhando dimensão muito grande no mundo todo. Ele disse que uma das melhores e mais conceituadas instituições universitárias inglesas ministra cursos a distância de excelente qualidade. O MEC fará uma regulamentação da LDB para tentar garantir a qualidade desses cursos no Brasil.

O Governo já pensa em modificar um ponto polêmico da lei sancionada: o capítulo que trata do ensino religioso e que estabelece que essa disciplina será ensinada sem ônus para o Estado. Integrantes da comunidade religiosa estão protestando contra o fato de o Estado não arcar com as despesas do ensino religioso e da falta de clareza sobre como serão dadas as aulas.



AO LADO DE MARCO Maciel, Fernando Henrique se emociona ao citar os professores Darcy Ribeiro e Florestan Fernandes na cerimônia de sanção da LDB

Paulo Renato disse que vai encaminhar projeto de lei ao Congresso no início de 1997, regulamentando o tema. O ministro conclamou a comunidade religiosa a discutir o assunto com o MEC a partir do dia 1º.

Fernando Henrique comemorou a sanção da LDB afirmando que o Governo está fazendo uma "revolução branca" na educação. O presidente se emocionou ao lembrar o papel do senador Darcy Ribeiro (PDT-RJ) e do sociólogo Florestan Fernandes, já falecido. Darcy estava numa cadeira de rodas e, ao lado de outros parlamentares, comemorou a sanção da LDB, que ajudou a escrever. O presidente lembrou ainda o governador do Distrito Federal, Cristóvam Buarque (PT), também professor, e disse que ele e Darcy estão em seu coração.

— Essa lei é uma prova de maturidade do Congresso e dos educadores — disse Fernando Henrique, se emocionando e ficando com a voz embargada.

Fernando Henrique disse que a nova lei deveria se chamar Lei Darcy Ribeiro. Mais tarde, Darcy reclamou verbas para a educação e comparou a educação no Brasil à de Honduras. O presidente disse que o Governo vai solucionar a questão do ensino religioso, respeitando a pluralidade de cultos mas definindo o papel do Estado nessa questão.

— Uma questão complexa é a do ensino religioso, que tem que existir, é assegurado pela Constituição, é facultativo. Mas até que ponto cabe ao Estado ou não ter o ônus desse ensino e de que maneira se pode fazê-lo, dada a pluralidade de religiões que existe no Brasil? — perguntou Fernando Henrique, durante a solenidade de sanção da nova LDB, que contou com a presença de parlamentares.

Paulo Renato disse que a LDB foi sancionada sem vetos, apesar do ponto polêmico, porque qualquer mudança acabaria prejudicando sua imediata aplicação. O

ministro disse que o sistema hoje utilizado pelo Paraná poderá servir como base para o projeto que será enviado ao Congresso. No Paraná, segundo Paulo Renato, o estado assume o ônus das aulas de religião, mas os professores dão apenas informações gerais, ecumênicas, sem privilegiar alguma religião.

Ao comemorar as mudanças na área da educação ao longo de 1996 — ano dedicado pelo Governo ao assunto —, Fernando Henrique disse que não menosprezava os adversários, mas queria que eles reconhecessem os avanços do Governo. Numa referência indireta às provocações de que o presidente teria dito que esquecessem o que escreveu enquanto sociólogo, Fernando Henrique disse que não esquecia das críticas que fez ao longo de sua vida política.

— É muito fácil criticar. Chega uma certa idade que passamos a fazer. E nós estamos fazendo. E, ao fazer, não esquecemos as crí-

ticas que fizemos. E nem menosprezamos os que hoje são críticos — disse Fernando Henrique.

Paulo Renato aproveitou para fazer um balanço da educação em 96. Ressaltou que foram criados sistemas de avaliação do ensino, tanto do Primeiro e Segundo Graus quanto das universidades; lembrou a aprovação do Fundo de Valorização do Ensino Fundamental, que garantirá o investimento de R\$ 300 por aluno a cada ano; informou que os novos parâmetros curriculares do Primeiro Grau serão entregues aos 920 mil professores no início de 97; e, por fim, anunciou que até junho apresentará proposta de reforma do currículo do Segundo Grau, cuja qualidade foi considerada trágica pelo MEC.

O ministro anunciou ainda que a FAE (Fundação de Assistência ao Estudante) vai ser fundida ao FNDE (Fundo Nacional de Desenvolvimento do Ensino), com R\$ 2 bilhões para gastar em educação no próximo ano. ■